

# Coronavírus

**CNJ** CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

CLIPPING

DIÁRIO

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| Está na hora de começarmos a falar sobre Mourão .....  | 3  |
| Logo teremos um zé-ninguém na Presidência, indica pesquisa Datafolha.....                                | 7  |
| O equilíbrio se impõe .....  | 9  |
| Coronavírus: Mandetta prometeu 15 milhões de testes, mas só entregou 0,5% até agora .....                | 13 |
| China cancela compra de respiradores pela Bahia, e carga fica retida nos EUA .....                       | 17 |
| Senado aprova projeto que congela leis do Direito Privado durante epidemia.....                          | 20 |
| Toffoli pede isolamento, prevê endividamento e sugere Estado indutor da economia .....                   | 22 |
| Aras pede a Moro e Toffoli R\$ 2 bi do Fundo de Interesses Difusos contra coronavírus nos presídios..... | 24 |
| Por que a pandemia vai impactar mais as mulheres?.....   | 26 |
| Coronavírus: Justiça Federal libera R\$ 165 mil para compra de máscaras em Campina Grande.....           | 28 |
| Cenário Internacional .....  | 29 |
| Mais notícias importantes .....  | 31 |

ISTOÉ

03/04/2020 14h50

## Está na hora de começarmos a falar sobre Mourão

PANDEMIA \* 2020

# ESTÁ NA HORA DE COMEÇARMOS A FALAR SOBRE MOURÃO

Jair Bolsonaro continua resistindo a combater a epidemia do coronavírus, na contramão do mundo. Mais que isso, **aproveita para radicalizar** seu discurso contra os outros Poderes. Está cada vez mais isolado e perde as condições políticas de liderar o País. Com isso, cresce a percepção de que é necessária uma alternativa para **driblar a paralisia** e recolocar o País nos trilhos após a crise – que é ao mesmo tempo econômica, sanitária, institucional e social. Ao se colocar como um obstáculo para a condução do País, a alternativa constitucional que se impõe é a ascensão do vice Hamilton Mourão. De uma mera hipótese, **a tese do afastamento já é tratada em Brasília** como uma possibilidade concreta.

Marcos Strecker

22 | WIRE | SÃO PAULO | FOTO: BRUNO LULLAY

O isolamento do presidente atingiu seu ápice no início da última semana, depois que foi confrontado pelo núcleo militar do Palácio do Planalto e pelos principais ministros — Sergio Moro (Justiça), Paulo Guedes (Economia) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde). Todos são a favor do isolamento social, um consenso internacional. O titular da Saúde se recusou a voltar atrás nas suas recomendações técnicas, mesmo confrontado pelo mandatário. No sábado, 28, disse que o presidente precisaria demiti-lo se quisesse mudar a orientação do ministério. Bolsonaro recuou. Na terça-feira, 31, em seu quarto pronunciamento na TV sobre a pandemia, falou em um tom mais conciliador. Mas, como havia feito antes, voltou a distorcer a mensagem do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, que citou o risco que as medidas de isolamento trariam para os mais pobres. Ao contrário do que o presidente insinuou, a menção pregava a assistência financeira, e não o fim das medidas de isolamento. O pronunciamento gerou uma nova onda de pannels pelo país. O novo tom durou pouco. Na manhã seguinte, divulgou no Twitter um novo ataque aos governadores, com uma notícia falsa sobre desabastecimento na

Ceasa de Belo Horizonte.

Essa nova mensagem em cadeia nacional foi o resultado de uma semana de crises dentro do Palácio do Planalto. No dia 24, o presidente havia decidido radicalizar seu discurso. Além de temer as consequências da recessão para o seu mandato, queria contra-atacar os governadores que lideravam a mobilização. Fez nesse dia um pronunciamento raivoso pregando o fim do confinamento em massa. Pretendia mobilizar os militares, mas o movimento não foi acompanhado, inclusive pelos da ativa. Um dos militares com gabinete no Palácio do Planalto se recusou a endossar o discurso e deixou o Planalto. O general Edson Leal Pujol, comandante do Exército, divulgou horas antes desse pronunciamento um vídeo dizendo que a corporação estava integrada ao esforço contra o coronavírus. Disse que essa “talvez seja a missão mais importante de nossa geração”. O tuíte teve enorme visibilidade.

O presidente tem mostrado cada vez mais instabilidade emocional. No início do ano, havia tentado dar mais protagonismo ao núcleo militar do governo, em detrimento do grupo ideológico. Com o agravamento da crise, voltou-se para os filhos. Para tentar recuperar o controle da crise, escalou o general Walter Braga Netto, chefe da Casa Civil. Ele passou a liderar o Comitê de Crise com o objetivo de tirar a visibilidade do ministro da Saúde, mas a manobra deixou ainda mais estampada a fragilidade na condução do processo. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, o secretário de

Governo, Luiz Eduardo Ramos, e Braga Netto têm buscado conter o ímpeto do presidente contra as medidas de isolamento, mas sem sucesso. Isso provocou em Brasília reuniões entre militares para discutir os possíveis cenários. Os militares estão apoiando Bolsonaro menos por convicção e mais porque temem a crise institucional. Além disso, consideram que a emergência pode derivar para distúrbios, com a falta de comida e a perda de empregos. Os militares também não desejam ser instrumentalizados em uma disputa política do presidente com outros Poderes, ou com os governadores. O medo é que o presidente, acuado, radicalize e seja tentado a gestos autoritários — afinal, já chegou a dizer que não pensava no Estado de Sítio “nesse momento”. “Quem quer dar o golpe jamais vai falar que quer dar”, respondeu em outra ocasião. As Forças Armadas não desejam ser envolvidas em uma aventura. Há a delicadeza também de que a imagem da corporação hoje está associada ao governo. Esse é mais fator que leva os militares a tentar conter o isolamento do chefe, apesar de sua atitude errática e cada vez mais agressiva. Por isso, as mensagens emitidas têm sido ambíguas, destacando a preocupação, mas ao mesmo tempo dando suporte ao presidente. Na véspera do último pronunciamento, Bolsonaro pediu a ajuda do ex-comandante do Exército, o general Eduardo Villas-Bôas, após uma desastrada visita que fez ao comércio popular em Brasília. O militar, que tem ascendência entre os seus pares, aquiesceu. Divulgou um tuíte em defesa do presidente, alertando que “ações extremadas podem acarretar consequências imprevisíveis”.

### **Sem o apoio do Congresso**

No caso da crise se agravar, é possível que o governo seja informalmente dirigido por um comitê de ministros, ou por meio de uma maior participação dos militares. Isso não seria inédito na história política brasileira. Quando o governo Collor derretia, a condução também passou a ser de um grupo de “notáveis” do ministério. Como há a sensação de Bolsonaro já não governa, discutem-se em Brasília alternativas. Uma saída seria a renúncia, mas o presidente não dá nenhum sinal de considerar essa possibilidade. Lideranças no Congresso relutam em colocar o impeachment em marcha, pois temem que o mandatário utilize a iniciativa para posar de vítima dos políticos e do “establishment”. Mas a perda de sustentação parece irreversível. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou na última quarta-feira que o governo Bolsonaro não tem mais apoio no Congresso e terá de estabelecer nova relação com o parlamentares após a crise. Nesse momento, o Parlamento está empenhado em buscar soluções para a pandemia, mas, depois, “a situação tende a se complicar para o governo”, afirmou. Outro caminho para o afastamento é a notícia-crime por crimes contra a saúde pública. Uma ação nesse sentido foi encaminhada na segunda-feira, 30, pelo ministro do STF, Marco Aurélio Mello, para a Procuradoria-Geral da República, em resposta a um pedido feito pelo deputado Reginaldo Lopes, do PT mineiro. No mesmo dia, sete partidos de esquerda também decidiram ingressar com uma notícia-crime contra o presidente, pedindo o seu enquadramento por incitação à prática de crime. Outra possibilidade constitucional é a interdição. Um grupo de advogados solicitou no último dia 21 ao Ministério Público do Distrito Federal que o presidente seja considerado incapaz para os atos da vida civil. Eles pedem que seja feita uma avaliação psiquiátrica de Bolsonaro, pois suas atitudes na crise teriam configurado “um considerável grau de desorientação e confusão psíquica”.

O jurista Miguel Reale Jr., que foi um dos responsáveis pelo pedido de impeachment de Dilma Rousseff, não vê oportunidade nesse momento para o impeachment. Mas acha que já há embasamento técnico, pois está caracterizada a contínua falta de respeito às leis e à dignidade da função. “Ele é o inimigo da saúde pública, não tem limite ético, é amoral.” Mas ele considera que não é o momento de politizar, pois um eventual processo de impeachment, além de lento, poderia servir ao próprio presidente. “É o instante da classe política e entidades médicas atuarem na luta pela saúde pública.” Após o pronunciamento de Bolsonaro no dia 24, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu. “O presidente repetiu opiniões desastradas sobre a pandemia. O momento é grave,

não cabe politizar, mas opor-se aos infectologistas passa dos limites. Se não calar estará preparando o fim. E é melhor o dele que de todo o povo. Melhor é que se emende e cale”, divulgou no Twitter. Líderes de esquerda — Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT), Guilherme Boulos (PSOL) e Flávio Dino (PCdoB) — pediram a renúncia.

Além do freio de arrumação imposto pelos ministros, o Congresso e o Judiciário já deixaram claro que vão impor limites à atuação de Bolsonaro. O presidente do STF, Dias Toffoli, disse que não dá para combater o coronavírus com “achismos” e defendeu a atuação de Mandetta. O ministro Luís Roberto Barroso vetou a campanha “O Brasil não pode parar”, divulgada — e depois suprimida — dos canais oficiais. Gilmar Mendes usou seu Twitter para defender as recomendações da OMS: “A crise não sustenta o luxo da insensatez”. Além de encaminhar a notícia-crime à PGR, o ministro Marco Aurélio Mello decidiu que governadores e prefeitos podem determinar sobre restrições de circulação de transporte.

### Foco em Mourão

As atenções em Brasília se voltam para o vice, que tem a simpatia em um amplo espectro político. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, Mourão nunca foi próximo do presidente, apesar de manter uma relação cordial desde os anos 1980. Foi escolhido para ocupar a vaga de vice quando se preparava para concorrer ele mesmo à Presidência, em 2018. É conhecido pela franqueza, o que o indispôs com os ex-presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer. Para compor a chapa com Bolsonaro, teve o cuidado de garantir que a agenda econômica fosse liberal. No início da gestão, Mourão foi bombardeado pelo gabinete do ódio por demonstrar muita autonomia. Diminuiu o número de entrevistas, mas não deixou de mostrar sua personalidade e demarcar diferença em relação a posições das quais discorda. Tem se mantido no fio da navalha para defender Bolsonaro e, ao mesmo tempo, desfazer equívocos e criticar as ações desastradas do governo. Recentemente, desautorizou Eduardo Bolsonaro, quando esse criou um incidente diplomático com a China — ao culpá-la pela disseminação do coronavírus. Mourão afirmou que o filho “03” do presidente não falava em nome do governo: “Se o sobrenome dele fosse Eduardo Bananinha, não teria problema nenhum. É só por causa do sobrenome. Não é a opinião do governo”. Da mesma forma, em plena crise do coronavírus, quando o presidente desautorizou o ministro da Saúde, ele foi uma voz dissonante. “A orientação do governo é uma só: isolamento e distanciamento entre as pessoas.” Foi o único general de quatro estrelas do Planalto a se contrapor publicamente ao presidente na crise. Isso incomodou Bolsonaro, que revidou publicamente: “Com todo o respeito ao Mourão, mas ele é mais tosco do que eu. Muito mais tosco. Não é porque é gaúcho, não. Alguns falam que eu sou um cara muito cordial perto do Mourão.”

O vice é poliglota e defende uma política externa pragmática. Além de fiador das relações estratégicas com a China, é o responsável pela coordenação do Conselho da Amazônia, que foi criado depois que as queimadas e os ataques de Bolsonaro fragilizaram a relação brasileira com os investidores. Em vários temas se diferencia do presidente, como o aborto (acha que é uma opção da mulher) e a transferência da Embaixada em Israel para Jerusalém (é contra). Como militar, tem uma carreira sólida em vários comandos e experiência internacional, como adido militar na Embaixada na Venezuela — o que o tornou um líder natural para formular a política atual em relação ao país. Ao contrário de Bolsonaro, sempre defendeu o papel da imprensa. Mantém a posição do Exército sobre o regime militar. No aniversário dos 56 anos do golpe de 64, na última terça-feira, divulgou que a intervenção tinha ocorrido para enfrentar “a desordem, a subversão e a corrupção”, e que o movimento pertencia à história.

“O Mourão é extremamente íntegro, inteligente, educado e trabalhador. É mais bem preparado em vários sentidos do que o Bolsonaro. Administraria muito bem o País”, diz o deputado Alexandre Frota, que já protocolou um pedido de impeachment contra o presidente. “É preparado, sabe lidar com conflitos e divergências. É sobretudo um homem de diálogo”, diz a líder do PSL na Câmara, Joice Hasselmann. O senador Major Olímpio, do PSL, diz que “engana-se quem pensa que o Mourão é um troglodita”. Segundo ele, “o centro hoje está confortável porque manda, ignora e afronta Bolsonaro quando quer. Só haveria impeachment se fosse uma situação muito flagrante. Mourão é tão boa alternativa que Bolsonaro o escolheu, mas entendo que o melhor para o País será o presidente seguir governando e dar espaço no governo ao Mourão, a começar pela coordenação política”.

No caso de a crise se agravar, é possível que o governo seja informalmente dirigido por um comitê de ministros, ou por meio de uma maior participação dos militares

Apesar de Bolsonaro ter minado boa parte de seu capital político na pandemia, ele ainda mantém o apoio de seu eleitorado mais fiel. Mas está decepcionando muitos setores que se iludiram com ele. É significativo que até o astrólogo Olavo de Carvalho já esteja se distanciando do pupilo. O presidente também está sendo abandonado pelo centro, que votou nele para afastar a ameaça da volta do PT ao poder. Internacionalmente, sua imagem não poderia ser pior. Foi descrito pela centenária revista americana “The Atlantic” como o “líder mundial do movimento de negação do coronavírus”. O jornal britânico “The Guardian” disse em editorial que ele “era um perigo contra os brasileiros”. Nunca o País teve um mandatário no papel de pária mundial. Está cada vez mais clara a sua incapacidade para liderar o País. Mesmo que nesse momento a melhor saída seja driblar o obstáculo presidencial e lidar com a emergência sanitária, a solução definitiva começa a se impor. Se for afastado, Bolsonaro terá um fim melancólico, processado por crime e indisciplina, como começou a carreira. Será um efeito colateral — benéfico — da Covid-19.

# FOLHA DE S.PAULO

03/04/2020 13h28

## Logo teremos um zé-ninguém na Presidência, indica pesquisa Datafolha

**MITSUBISHI ECLIPSE CROSS**  
CONHEÇA MAIS

**Logo teremos um zé-ninguém na Presidência, indica pesquisa Datafolha**

Aprovação do Ministério da Saúde dispara e é mais do que o dobro da de Bolsonaro, diz Datafolha

**Fernando Canzian**

**São Paulo** Quando se trata de **Jair Bolsonaro**, nunca é difícil tomar a pior decisão possível — e a autoridade do presidente já evapora antes mesmo de as coisas ficarem realmente feias para o Brasil na epidemia que se alastra.

Caminhamos para ter um zé-ninguém descontrolado e inútil no comando do país, só atrapalhando as pessoas racionais justamente na hora mais difícil de nossa geração.

Mesmo que mude de rumo, o que é improvável, seu confronto aberto com a ciência, a mídia que informa e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, vai transformando Bolsonaro em um pária, alvo de panelaços cada vez mais ferozes e do desprezo de quem ainda procura atravessar a atual crise com alguma altivez e solidariedade.

Não foi só a avaliação negativa do desempenho de Bolsonaro na epidemia que subiu de 33% para 39% entre meados de março e agora. O desempenho positivo do Ministério da Saúde saltou de 55% para 76%, fortalecendo justamente a figura com quem o encenqueiro do Planalto comprou briga na véspera.

**Avaliação do desempenho de Jair Bolsonaro em relação ao coronavírus**

Resposta estimada e única, em %

| Resposta         | Meio de março | 3 de abril |
|------------------|---------------|------------|
| Bom desempenho   | 33%           | 39%        |
| Ótimo desempenho | 1%            | 1%         |
| Regular          | 2%            | 2%         |
| Mau desempenho   | 58%           | 58%        |
| Não sabe         | 0%            | 0%         |

**Avaliação do desempenho do Ministério da Saúde em relação ao coronavírus**

Resposta estimada e única, em %

| Resposta         | Meio de março | 3 de abril |
|------------------|---------------|------------|
| Bom desempenho   | 55%           | 76%        |
| Ótimo desempenho | 0%            | 0%         |
| Regular          | 1%            | 1%         |
| Mau desempenho   | 44%           | 23%        |
| Não sabe         | 0%            | 0%         |

Quando se trata de Jair Bolsonaro, nunca é difícil tomar a pior decisão possível — e a autoridade do presidente já evapora antes mesmo de as coisas ficarem realmente feias para o Brasil na epidemia que se alastra.

Caminhamos para ter um zé-ninguém descontrolado e inútil no comando do país, só atrapalhando as pessoas racionais justamente na hora mais difícil de nossa geração.

Mesmo que mude de rumo, o que é improvável, seu confronto aberto com a ciência, a mídia que informa e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, vai transformando Bolsonaro em um pária, alvo de panelaços cada vez mais ferozes e do desprezo de quem ainda procura atravessar a atual crise com alguma altivez e solidariedade.

Não foi só a avaliação negativa do desempenho de Bolsonaro na epidemia que subiu de 33% para 39% entre meados de março e agora. O desempenho positivo do Ministério da Saúde saltou de 55% para 76%, fortalecendo justamente a figura com quem o encenqueiro do Planalto comprou briga na véspera.

O presidente não poderia ter escolhido um alvo pior e o momento mais inadequado para fazer isso. De certa forma, é um alívio, pois encurtará o processo de deterioração de sua figura, que poderia custar mais se corresse em um tempo mais lento.

Como mostra o Datafolha, o antagonismo entre a

figura de Bolsonaro e Mandetta tornou-se tamanho que até erros imperdoáveis da Saúde ficaram secundários na avaliação da população — como o fato de o ministério ter esperado que a transmissão do coronavírus se tornasse comunitária para anunciar a compra e a massificação de testes.

Com sua insistência mal elaborada em querer as pessoas de volta às ruas de qualquer jeito, o presidente também interditou um debate que poderia ser racional sobre a suspensão das medidas horizontais de isolamento indiscriminado em todo o país.

Na área médica, crescem as preocupações a respeito do isolamento geral sobre a nutrição e a saúde da população mais pobre. Entre economistas, sobre os impactos nas linhas de produção de alimentos e de outros itens básicos, assim como na inflação e no futuro do emprego.

Mesmo podendo ter um ponto aqui, a limitação intelectual e os modos do presidente não permitem que se avance em discussões que poderiam ser convenientes.

Não há vácuo no poder e Bolsonaro vai abrindo mão do seu. Com o colapso na saúde e a recessão que vêm aí, isso pode estar garantido.

## Crusoé

03/04/2020 05h18

O equilíbrio se impõe

**Crusoé**  
UMA ILHA NO JORNALISMO

**MANDETTA VENCE A BATALHA.  
VENCERÁ A GUERRA?**  
Leia agora

**O equilíbrio se impõe**

EDIÇÃO 101 - REPORTAGEM

**Últimas do Diário**

- Informata fora do Call'neto recorreu a aplicativo para receber R\$ 600
- Ramos tenta acabar Mandetta
- Advogado que alegou 'contato com coronavírus' para escapar da cadeia e preso
- Casa Branca pede que 3M não exporte máscara para Canadá e América Latina
- Mandetta faz 'mudanças' em seu gabinete

**Mais lidas do Diário**

- 1 Quem tem mandato popular fala, diz Mandetta sobre Bolsonaro
- 2 Bolsonaro chama Osmar Terra para reunião com militares após Mandetta
- 3 'Não cheguei aqui depois da faculdade para perder para esses arduos', diz Bolsonaro
- 4 Familiares pedem para Mandetta se desatirar albatão, para focar no trabalho
- 5 Promoção de juiz de lavagem de dinheiro que inventou na Lava Jato paulista

**O equilíbrio se impõe**

A ala mais moderada do governo se move para que as recomendações das autoridades sanitárias prevaleçam sobre o impeto de Jair Bolsonaro na condução da crise do coronavírus

03.04.20

IGOR GADELHA

Para continuar a leitura, faça o login:

Entrar

Se você ainda não é assinante, aproveite as condições especiais e venha para nossa #Real

Assinar

© Crusoé - 2020 - Todos os Direitos Reservados

A semana que começou à base de nitroglicerina pura parecia terminar bem menos inflamável. Até que o presidente Jair Bolsonaro voltou a ensaiar riscar o fósforo. Em entrevista na noite desta quinta-feira, 2, o mandatário do país expôs publicamente suas divergências com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Reconheceu as escaramuças entre os dois e disse que, em alguns momentos, faltava humildade ao titular da Saúde para ouvir mais o presidente da República. Ao menos admitiu que não pretende apeá-lo do cargo “no meio da guerra”.

De fato, há uma guerra – e ela é travada dentro e fora dos prédios da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios. Existe o combate ao avanço do novo coronavírus no país e a disputa pelo protagonismo na crise entre duas alas do governo: a que defende que nenhuma medida restritiva é pouca na tentativa de evitar a disseminação do vírus e a que prega o relaxamento do isolamento social a fim de impedir a catástrofe econômica. Hoje, apesar dos altos e baixos do presidente, existe um processo de distensionamento em curso, cujo alcance dependerá da dose de calmante a ser administrada pelos principais atores do governo na luta contra a pandemia. A dose utilizada por Bolsonaro em pronunciamento à TV pode até ter destoadado daquela que ele administrara no fim da

semana, mas pelo menos o remédio foi encontrado. Todos concordam que o melhor caminho é o meio termo entre a necessidade de o presidente fazer política e a atuação sem amarras do corpo técnico do governo que se ocupa hoje de impedir a propagação do vírus. Há, enfim, em meio a um aparente desequilíbrio, um ponto de equilíbrio.

Se até a noite desta quinta o presidente ainda garantia Mandetta no cargo, a despeito de tê-lo admoestado publicamente, é porque ambos, nos últimos dias, ajustaram o discurso. Durante a semana, o presidente conversou com o próprio ministro da Saúde e recebeu recados eloquentes da área militar, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso de que, se esticasse a corda e editasse o tal decreto relaxando o isolamento social poderia vir a enfrentar problemas de ordem institucional. Um ministro do STF chegou a dizer que não havia, no ordenamento jurídico brasileiro, “nada que autorizasse um presidente a colocar em risco a vida dos cidadãos”. Coube a Jorge Oliveira, amigo de Bolsonaro e chefe da Secretaria-Geral da Presidência, a tarefa de fazer a ponte com os demais poderes. Além dos alarmes emanados da cúpula do Judiciário, do Legislativo e da caserna, a voz

das ruas – ou o rufar das panelas nas sacadas – ecoou de forma determinante para mudar o léxico presidencial na crise. Bolsonaro percebeu que o tom mais radical não tinha sido bem digerido nem mesmo pela base bolsonarista mais fiel e entendeu que a tragédia na saúde pública poderia dinamitar a popularidade de seu governo. Sentiu a pressão.

Temendo ser escanteado, sossegou os que o instigavam a remar na direção contrária – leia-se Carlos Bolsonaro, agora dono de um gabinete no terceiro andar do Palácio do Planalto – e buscou uma dose de remédio mais próxima do ideal para acalmar os ânimos. No pronunciamento em que falou em “pacto nacional” para o enfrentamento à pandemia, no “maior desafio da nossa geração” e na preocupação de sempre “em salvar vidas”, o presidente experimentou um lance de empatia com a população até então inexistente.

Conforme apurou Crusoé, Bolsonaro escreveu o discurso sozinho. De próprio punho, a caneta e em folhas de papel ofício antes de auxiliares transferirem o texto para o teleprompter, aquele aparelho usado por apresentadores diante das câmeras. O presidente manteve o teor do pronunciamento em sigilo até o momento da gravação, o que causou apreensão entre alguns aliados. “Todo mundo vai gostar”, limitava-se a dizer Bolsonaro a quem o perguntava. Suas declarações, ao fim e ao cabo, produziram em todos os setores do país uma rara sensação de alívio – um princípio ativo revigorante na inglória batalha contra um vírus que tem assolado nações inteiras. Se um “ufa” – quase que em uníssono – não foi pronunciado, é certo que esse sentimento povoou a mente de todos, tão logo o presidente encerrou o pronunciamento de oito minutos.

As articulações de bastidores que levaram à mudança de tom de Bolsonaro começaram ainda no sábado, 28. Acompanhado de outros ministros das alas militar e jurídica, Mandetta dirigiu-se até o Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, para pedir carta branca para continuar pautando a atuação da pasta com base na ciência. A conversa teve momentos de tensão. O ministro defendeu que o presidente modulasse o discurso. Bolsonaro, por fim, aquiesceu. Mas no dia seguinte emitiu sinais dúbios. Saiu para dar uma volta pelo comércio de Brasília e de cidades-satélites, quando conversou com comerciantes e populares, contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do próprio Ministério da Saúde. Na volta, em entrevista à imprensa, pela primeira vez cogitou baixar o tal decreto liberando todas as profissões legalmente regulamentadas a voltarem ao trabalho, desde que aquele trabalho fosse essencial para o sustento da família.

A turma do “deixa disso” teve de entrar em cena mais uma vez para evitar o pior. Nas horas seguintes, os ministros da Casa Civil, general Walter Braga Netto, e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, redobraram os conselhos ao presidente para que ele suavizasse o discurso. Durante o processo de persuasão, os auxiliares tiveram a seu favor a ausência do vereador Carlos Bolsonaro, o filho que mais tem despertado os instintos primitivos do presidente. Para a felicidade geral da nação, o 02 havia voltado para o Rio de Janeiro na segunda-feira, 30, portanto, um dia antes do pronunciamento.

Nesse mesmo dia de manhã, em vez dar ouvidos a Carluxo, Bolsonaro preferiu ir até a casa do general Eduardo Villas Boas, ex-comandante do Exército e uma das vozes mais respeitadas da instituição. Do general, já com sérias dificuldades de comunicação em razão de uma doença degenerativa em estado avançado, o presidente captou apelos insistentes em favor da moderação. E concordou. Em contrapartida, Villas Boas acertou que o defenderia publicamente. “Conheço o presidente e sei que ele não tem outra motivação que não o bem estar do povo e o futuro do país. Pode-se discordar do presidente, mas sua postura revela coragem e perseverança nas próprias convicções”, dizia uma mensagem publicada na sequência no perfil do general do Twitter.

Do lado de Mandetta, os bombeiros foram seus próprios aliados políticos. O pedido foi para que o ministro da Saúde se mantivesse firme na defesa técnica das ações de combate ao coronavírus, mas evitasse criticar diretamente o presidente. No entorno do ministro, a avaliação é de que Bolsonaro não reúne hoje condições políticas para demiti-lo. “Bolsonaro não possui nenhum nome com as qualidades do Mandetta para o lugar”, argumentou um aliado do ministro no DEM. A avaliação é compartilhada até mesmo por aliados de Bolsonaro, que veem Mandetta como o “novo Moro” do governo. Assessores do ministro ponderaram, porém, que ele precisava parar de se deixar enervar pelo embate político. Assim o ministro fez e, a exemplo do presidente, também modulou o discurso, que passou a incluir também a preocupação com a economia.

O titular da Saúde ainda atuou para baixar a temperatura política no seio do governo. “Ele quer sair das páginas de política dos jornais e voltar a ficar só nas de Saúde”, afirmou uma pessoa próxima ao ministro. Ainda na segunda-feira, 30, instado a comentar a caminhada de Bolsonaro pelo comércio de Brasília, Mandetta disse apenas que não era recomendável, mas evitou entrar em bola dividida. O chefe da Saúde exibia ali, ante os olhares de todos, a mensagem de que, no que dependesse dele, a bandeira branca estava mais do que desfraldada. Mas, vez ou outra, deixava escapar uma farpa.

Em mais um sinal da disputa por protagonismo na condução da crise, o presidente ordenou que as entrevistas diárias saíssem da sede da Saúde e passassem a ocorrer no palácio, com participação de outros ministros. Na primeira delas, Mandetta tratou de ironizar uma intervenção do chefe da Casa Civil que, ante a pergunta de um repórter sobre a possibilidade de demissão do ministro, correu para negar. “Deixar claro para vocês: não existe essa ideia de demissão do ministro Mandetta. Isso aí está fora de cogitação. No momento. Não existe”, disse Braga Netto. Com um sorriso de canto de lábio, Mandetta emendou: “Em política, quando a gente diz que não existe, a pessoa fala existe”.

A interlocutores, o ministro garante não se importar com o que Bolsonaro fala e pensa, desde que ele tenha carta branca para gerir a crise e manifestar suas opiniões. Quer dizer, desde que sua pasta não perca a autonomia para trabalhar, Bolsonaro, na condição de presidente da República, pode dizer o que lhe der na telha – até fazer política, se assim entender mais conveniente. Ao longo da semana, Mandetta verbalizou esse entendimento letra por letra em ao menos duas ocasiões. Disse, por exemplo, que não o ofendia em nada não ter sido convidado para uma reunião destinada a avaliar a eficácia da cloroquina na tarde de quarta-feira, 1º.

De novo, nas entrelinhas, ele demarcou a diferença. “Só trabalho com critérios técnicos e científicos. Só trabalho com academia. Só trabalho com o que é ciência. Agora, existem as pessoas que trabalham com critérios políticos, que são importantes também. Deixe que eles trabalhem”, disse o ministro. Na noite de quinta-feira, 2, procurado para comentar o teor da entrevista em que Bolsonaro disse que lhe faltava humildade em alguns momentos, Mandetta voltou a colocar panos quentes. “Não comento o que o presidente da República fala. Ele tem mandato popular, e quem tem mandato popular fala, e quem não tem, como eu, trabalha.” Até segunda ordem, o ministro tem mesmo sinal verde para atuar. Ao longo dos últimos dias, ele preparou uma portaria que cria uma espécie de QG da crise do coronavírus na pasta que comanda. Segundo auxiliares, trata-se de um organograma definindo como se dará a gestão interna das medidas de combate à pandemia, dividindo tarefas e estabelecendo cadeias de comando. O ministério vem atuando na luta contra o avanço do vírus há semanas, como se sabe, mas, até então não havia definido oficialmente essas questões. Hoje já funciona um gabinete de crise no Planalto, coordenado por Braga Netto. Mandetta, no entanto, foi autorizado pelo presidente a montar sua própria sala de situação.

É a partir de lá que ele pretende montar o que no governo vem sendo chamado de “Plano de Ação Oficial” contra o coronavírus. A ideia é estabelecer parâmetros de estrutura para lidar com a pandemia. Segundo auxiliares do ministro, são pelo menos 10 pontos gerais, envolvendo número mínimo de leitos, equipamentos e profissionais de saúde. O plano também deve trazer por escrito recomendações sobre isolamento e maneiras de avaliação dos números da doença. O objetivo do Ministério da Saúde é que o material seja usado para balizar as futuras decisões de governadores e prefeitos.

Ninguém tem dúvidas no Planalto de que Bolsonaro jamais deixará de expor sua contrariedade em relação a medidas as quais considera demasiadamente restritivas. A estratégia adotada há quase um mês é óbvia: ele teme que a derrocada econômica imploda o seu mandato ou o projeto de reeleição. Logo, sempre que possível, irá marcar diferenças em relação aos governadores para, mais adiante, não perder a narrativa pró-economia na linha do “eu avisei”, como ocorreu quando divulgou ao longo da semana dois vídeos recheados de críticas ao isolamento, na esteira do pronunciamento de timbre apaziguador. Esse comportamento não irá mudar – e isso é algo que já está precificado dentro do governo. O que mudou, depois do pilates retórico em cadeia nacional de rádio e TV, é que ele passou a demonstrar o mínimo de sensibilidade e zelo com a saúde da população, e a considerar a importância do isolamento social, o que não havia ocorrido desde a eclosão da pandemia do coronavírus.

Se algo não sair do prumo nos próximos dias, e há sempre esse risco, a julgar pelos personagens envolvidos, pode-se dizer que, apesar das manifestações mais radicais do presidente aqui e acolá, a máquina do governo encontrou um ponto de convergência na crise. As alas pró-ciência e pró-economia estão cientes do seu papel e sabem até onde podem e devem avançar para não provocar melindres desnecessários. Por ora, no entanto, as medidas de contenção do vírus permanecem orientadas pelas decisões técnicas. Durante a semana, um dos parlamentares governistas brincou que o país, em meio à pandemia do coronavírus, é como o Jardim das Aflições de Olavo de Carvalho, numa alusão ao livro lançado pelo guru de Bolsonaro em 1995 e que, mais recentemente, virou filme. Estão todos aflitos, por óbvio. Mas o mais importante é que o presidente, contrariado ou não, continue deixando o jardim com quem sabe cuidar. Por enquanto, pode-se dizer que, como jardineiro-chefe, Mandetta tem se saído um exímio equilibrista.

The  
Intercept  
Brasil

02/04/2020 17h47

*Reportagem mostra os gargalos e contradições do discurso do ministro da Saúde, Luis Henrique Mandetta, e do SUS, no enfrentamento do novo coronavírus. Reportagem ouviu epidemiologistas que dizem que, para cada paciente com diagnóstico positivo para covid-19, deve existir, pelo menos, 15 pessoas infectadas sem diagnóstico e não alcançada pelo sistema de saúde. Alerta também para a possibilidade do governo dos Estados Unidos adquirir no mercado internacional todos os insumos necessários para o enfrentamento do agravo.*

## Coronavírus: Mandetta prometeu 15 milhões de testes, mas só entregou 0,5% até agora



### **CORONAVÍRUS: MANDETTA PROMETEU 15 MILHÕES DE TESTES, MAS SÓ ENTREGOU 0,5% ATÉ AGORA**

Rafael Naves, Rafael Naves  
1 de Abril de 2020, 17h47

Tire suas dúvidas sobre o novo coronavírus e a covid-19

**CINCO SEMANAS APÓS** o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Brasil, o Ministério da Saúde ainda não entregou a estados e municípios nem 0,5% dos testes de diagnóstico que prometeu comprar. Até a quarta-feira, dia 1º, só havia distribuído 54,8 mil testes do tipo PCR, também chamado de teste molecular.

Esse é considerado o padrão ouro para o diagnóstico da covid-19, e tem confiabilidade muito alta quando combinado com um diagnóstico clínico bem feito. Já que os testes rápidos, como os comprados pela mineradora Vale e que começaram a ser distribuídos essa semana, têm até 75% de chance de erro em resultados negativos para coronavírus.

O Ministério da Saúde garantiu que colocará à disposição de médicos e agentes de saúde 14,9 milhões de testes PCR. Mas foi incapaz de dizer, apesar de insistentemente questionado pelo Intercept, quando isso irá ocorrer. Tampouco conseguiu informar quanto dinheiro pretende investir nisso – apesar de ter afirmado, há mais de uma semana, que faria a compra.

UMA PARTE  
Fortaleça o jornalismo em que você acredita

Até o início da tarde desta quinta-feira, havia quase oito mil casos confirmados de coronavírus no país. Mas um sanitaria que entrevistamos estima que, para cada um deles, há mais de 11 infectados. Outras avaliações falam em 15 para um. Quer dizer – se resolvesse testar agora todos os casos suspeitos, provavelmente o Brasil não teria como fazer isso.

A falta de materiais para testagem é responsável por notícias como a de que há 23 mil exames à espera de resultado no país. Uma fração deles – é impossível saber qual, já que nem mesmo o Ministério da Saúde tem a resposta – espera por reagentes químicos e outros ingredientes necessários para que possam ser concluídos. Há ainda outro gargalo: os testes do tipo PCR são processados em máquinas, que têm capacidade limitada a um certo número de análises por dia.

Os testes PCR são essenciais para que o Brasil possa testar o máximo possível de pessoas, o que é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde para acompanhar a evolução da pandemia.

Des 14,9 milhões de testes PCR prometidos no último dia 24 pelo Ministério da Saúde, a maioria – 10 milhões – virá graças a uma "compra pública nos mercados nacional e internacional". Outro 1,3 milhão será entregue por empresas brasileiras autorizadas pela Anvisa a importar os produtos.

Essas compras, porém, ainda não foram fechadas – não há registro delas no Diário Oficial, no sistema de compras do governo federal nem na lista

CINCO SEMANAS APÓS o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Brasil, o Ministério da Saúde ainda não entregou a estados e municípios nem 0,5% dos testes de diagnóstico que prometeu comprar. Até a quarta-feira, dia 1º, só havia distribuído 54,8 mil testes do tipo PCR, também chamado de teste molecular.

Esse é considerado o padrão ouro para o diagnóstico da covid-19, e tem confiabilidade muito alta quando combinado com um diagnóstico clínico bem feito. Já que os testes rápidos, como os comprados pela mineradora Vale e que começaram a ser distribuídos essa semana, têm até 75% de chance de erro em resultados negativos para coronavírus.

O Ministério da Saúde garantiu que colocará à disposição de médicos e agentes de saúde 14,9 milhões de testes PCR. Mas foi incapaz de dizer, apesar de insistentemente questionado pelo Intercept, quando isso irá ocorrer. Tampouco conseguiu informar quanto dinheiro pretende investir nisso – apesar de ter afirmado, há mais de uma semana, que faria a compra.

Até o início da tarde desta quinta-feira, havia quase oito mil casos confirmados de coronavírus no país. Mas um sanitaria que entrevistamos estima que, para cada um deles, há mais de 11 infectados. Outras avaliações falam em 15 para um. Quer dizer – se resolvesse testar agora todos os casos suspeitos, provavelmente o Brasil não teria como fazer isso.

A falta de materiais para testagem é responsável por notícias como a de que há 23 mil exames à espera de resultado no país. Uma fração deles – é impossível saber qual, já que nem mesmo o Ministério da Saúde tem a resposta – espera por reagentes químicos e outros ingredientes necessários para que possam ser concluídos. Há ainda outro gargalo: os testes do tipo PCR são processados em máquinas, que têm capacidade limitada a um certo número de análises por dia.

Os testes PCR são essenciais para que o Brasil possa testar o máximo possível de pessoas, o que é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde para acompanhar a evolução da pandemia.

Dos 14,9 milhões de testes PCR prometidos no último dia 24 pelo Ministério da Saúde, a maioria – 10 milhões – virá graças a uma “compra pública nos mercados nacional e internacional”. Outro 1,3 milhão será entregue por empresas brasileiras autorizadas pela Anvisa a importar os produtos.

Essas compras, porém, ainda não foram fechadas – não há registro delas no Diário Oficial, no sistema de compras do governo federal nem na lista de contratos emergenciais firmados pelo Ministério da Saúde para o combate ao coronavírus. Do restante dos testes PCR, 3 milhões serão montados pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz, a Fiocruz, e outros 600 mil doados pela Petrobras.

Outro fator pode piorar a situação já precária: uma compra gigantesca feita pelo governo dos Estados Unidos pode deixar outros países – o Brasil, inclusive – sem oferta suficiente de produtos médico-hospitalares, como admitiu o próprio ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

### **Testes rápidos para tapar buraco**

Enquanto isso, o governo tenta mostrar que não está parado anunciando a distribuição de 500 mil testes rápidos, que produzem resultados em 15 minutos, mas são muito menos confiáveis. Eles foram doados ao governo federal pela mineradora Vale, que vê na crise do coronavírus uma oportunidade de se recuperar do desgaste de imagem sofrido após os crimes ambientais que mataram quase 300 pessoas em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. É o primeiro lote de um total de 5 milhões de testes rápidos que a empresa prometeu doar. Além deles, a Fiocruz deverá fornecer mais 3 milhões.

Mas os testes rápidos não resolvem o problema. Como já dissemos, a confiabilidade deles é baixa – eles detectam uma proteína produzida pelo organismo para reagir ao coronavírus, que só aparece sete dias após a infecção. Estima-se que resultados negativos para coronavírus podem ser falsos em três de cada quatro testes. Por isso, não se prestam a um diagnóstico preciso, e a orientação do governo é usá-los apenas para monitorar agentes de saúde e de segurança.

Mandetta repete, em entrevistas diárias, que a principal estratégia do governo contra a covid-19 será fazer testes em massa nas 48 cidades com mais de 500 mil habitantes – usando os testes PCR. Se de fato for colocado em prática, irá funcionar no sistema drive thru: as pessoas irão de carro aos postos de coleta. Dali, o material extraído da mucosa do nariz será levado ao laboratório. O paciente receberá o resultado, em 24 horas, por meio de um aplicativo, que ainda está sendo “cristalizado”, segundo o ministro.

Mas, para isso, faltam os testes. O Intercept perguntou ao ministério, desde o dia 31, quantos já foram comprados – ou, caso as compras não tenham ocorrido, qual a data prevista para elas. O órgão limitou-se a dizer que “as aquisições não foram finalizadas”, sem esclarecer a data de conclusão e os fornecedores dos testes.

Já houve atraso no cronograma anunciado no dia 24: o governo esperava que a Fiocruz entregasse 2 milhões de testes PCR e 3 milhões de testes rápidos até 30 de março. O calendário, porém, foi revisto “devido à escassez mundial de insumos” para a fabricação dos exames. Agora, a previsão é de que a Fiocruz entregue 1,5 milhão de testes por mês a partir de abril, sem especificar uma data. Até lá, o sistema de saúde brasileiro pode já ter entrado em colapso.

O Ministério da Saúde também fez compras emergenciais de insumos no Brasil – como reagentes químicos, instrumentos para cultura viral e equipamentos de laboratório – para que instituições como a Fiocruz montem os kits para realização dos testes. Essas compras somam R\$ 4,8 milhões e estão listadas no site do ministério.

É provável que esses insumos venham a ser usados para a montagem de parte dos 3 milhões de testes que a Fiocruz irá entregar. Mas, como os contratos não permitem estimar quantos testes serão produzidos com o material comprado e o Ministério da Saúde se recusa a informar, isso é incerto.

Como se a situação não pudesse ser pior, o maior desses contratos – no valor de R\$ 3,2 milhões e destinado à compra de materiais para detectar o vírus em laboratório – foi firmado com uma empresa chamada Reagen, investigada em uma operação da Polícia Federal no Paraná. Ela responde a uma acusação de improbidade administrativa por um esquema de desvio de bolsas de pesquisa na UFPR, a Universidade Federal do Paraná.

O dono da empresa, Jorge Luiz Bina, foi condenado em primeira instância a quatro anos e seis meses de prisão. O empresário defendeu-se afirmando que a esposa, também incriminada, disse à justiça que ele “não possuía envolvimento no esquema”.

O Intercept já mostrou também que Mandetta pagou 67% a mais por máscaras de um empresário bolsonarista.

### **Carência de informações**

Enquanto os testes não chegam, centenas de pessoas são internadas – e várias morrem – sem saber se estão contaminadas. Na quarta, Mandetta reconheceu que os números do coronavírus no Brasil devem ter “um acréscimo significativo” em abril. Isso se os testes chegarem e permitirem, por exemplo, que se esclareçam mortes suspeitas – só no estado de São Paulo, “em torno de 200 óbitos” cuja causa provável é o coronavírus aguardam confirmação.

Nesta quinta, a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, que reúne cartórios de registro civil, informou que até as 15h havia 351 certidões de óbito com a covid-19 como causa declarada por médicos. É um número superior ao que tem o Ministério da Saúde – 299 mortes até o início da tarde.

Segundo o ministério, o Brasil teve, até o dia 1º de abril de 2020, 21.426 internações por síndrome aguda respiratória grave, abreviada como SRAG. É um aumento de 170% em relação ao ano passado, quando foram registrados, no mesmo período, 7.761 hospitalizados pelo problema.

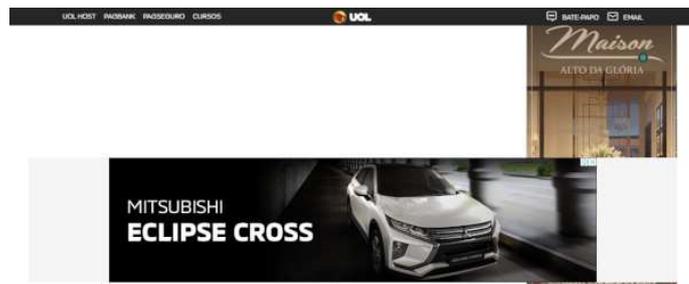
A disparidade reforça a impressão de que está havendo subnotificação dos casos de coronavírus. Em apenas 1.274 internações por SRAG de 2020 (6% do total) a covid-19 foi registrada como causa. Mas o Brasil teve neste ano quase 14 mil internações por crise respiratória a mais do que nos primeiros três meses de 2019.

No dia 1º, Mandetta rechaçou a possibilidade de que essa diferença seja indício de subnotificação. De acordo com o ministro, os hospitais do país têm sido mais eficientes em notificar as SRAG. “Na verdade, eles [estados e municípios] estão notificando as outras [doenças respiratórias], que eles não faziam com tanta ênfase no ano passado”, tentou tranquilizar.

Os testes poderão dizer se o otimismo do ministro tem fundamento ou se é só uma tentativa dele de se esquivar do problema e tranquilizar a sociedade. Quando – e se – chegarem.

03/04/2020 01h00

## FOLHA DE S.PAULO

**China cancela compra de respiradores pela Bahia, e carga fica retida nos EUA**

Uma carga de 600 respiradores artificiais chineses comprada por estados do Nordeste ficou retida no aeroporto de Miami (EUA), onde fazia conexão aérea para ser enviada ao Brasil.

O contrato no valor de R\$ 42 milhões assinado pelo governo da Bahia como representante da região foi cancelado pela empresa fornecedora sem maiores explicações, no início da semana.

"Alegaram apenas razões técnicas", afirmou o secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster. A empresa, cujo nome não foi revelado, disse que a carga teria outro destino, não especificado.

A desconfiança é que os equipamentos se destinem agora ao combate da crise do coronavírus nos EUA, que teriam acertado pagar mais à empresa chinesa.

"Estamos indo atrás de outro fornecedor", disse Dauster. O valor não chegou a ser desembolsado pelo governo baiano.

O cancelamento da compra é exemplo de um fenômeno que vem acontecendo mundialmente, como revelou na quarta (1º) o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Agora que o presidente Donald Trump abandonou sua postura cética sobre o tamanho da crise e moderou as críticas à China, passou a olhar para o país asiático em busca de doações e compra de equipamentos. E outros países têm sido preteridos.

Apesar do risco de haver novos cancelamentos, governadores seguem recorrendo à China, por falta de opção.

A exemplo do que vem acontecendo em diversos aspectos do combate ao coronavírus, estão ignorando a linha adotada pelo presidente Jair Bolsonaro, de hostilidade aos chineses.

CORONAVÍRUS

## China cancela compra de respiradores pela Bahia, e carga fica retida nos EUA

Governadores ignoram Bolsonaro e recorrem a país asiático para tentar obter ajuda



Fábio Zanini

**SÃO PAULO** Uma carga de 600 respiradores artificiais chineses comprada por estados do Nordeste ficou retida no aeroporto de Miami (EUA), onde fazia conexão aérea para ser enviada ao Brasil.

O contrato no valor de R\$ 42 milhões assinado pelo governo da Bahia como representante da região foi cancelado pela empresa fornecedora sem maiores explicações, no início da semana.

"Alegaram apenas razões técnicas", afirmou o secretário da Casa Civil da Bahia, Bruno Dauster. A empresa, cujo nome não foi revelado, disse que a carga teria outro destino, não especificado.

A desconfiança é que os equipamentos se destinem agora ao combate da crise do coronavírus nos EUA, que teriam acertado pagar mais à empresa chinesa.

"Estamos indo atrás de outro fornecedor", disse Dauster. O valor não chegou a ser desembolsado pelo governo baiano.



Em Wuhan, médica atende paciente que necessita de respirador, que de tecnologia localizada na China por governadores brasileiros. - (Foto: Istina)

O cancelamento da compra é exemplo de um fenômeno que vem acontecendo mundialmente, como revelou na quarta (1º) o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Agora que o presidente Donald Trump abandonou sua postura cética sobre o tamanho da crise e moderou as críticas à China, passou a olhar para o país asiático em busca de doações e compra de equipamentos. E outros países têm sido preteridos.

Apesar do risco de haver novos cancelamentos, governadores seguem recorrendo à China, por falta de opção.

A exemplo do que vem acontecendo em diversos aspectos do combate ao coronavírus, estão ignorando a linha adotada pelo presidente Jair

receba notícias da folha

Clique aqui e envie

relacionadas



Europa adota solidariedade como mantra para reduzir choques da crise

Cidade chinesa proíbe consumo de carne e gado após coronavírus

Como vamos nos deslocar pelas cidades daqui a 20 anos? Ouça o episódio de áudio que discute o futuro da mobilidade urbana

Estudo FOLHA: análise de dados



Como vamos nos deslocar pelas cidades daqui a 20 anos? Ouça o episódio de áudio que discute o futuro da mobilidade urbana



veja também



IMPAÇÃO: Especial sobre desenvolvimento de tecnologia que vive em SP



ESPECIAL: Desigualdade global: erradica a desigualdade de renda no mundo

Com a crise na sua fase final, a China se vê em posição de ajudar o mundo, num processo que já foi batizado de "diplomacia da máscara".

Além de ganhar pontos geopolíticos, os chineses aproveitam para fechar negócios, indicando fornecedores.

Mas o gargalo na produção da China provoca situações como a vivida pela Bahia.

"A China tem uma enorme capacidade de produção, mas a demanda é mundial. Por isso, as fábricas só estão aceitando pagamento antecipado, o que tem gerado problemas para muitos estados", diz Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

A solução, diz ele, tem sido usar empresas chinesas baseadas no Brasil para atuar como "ponte", pagando o fornecedor de forma adiantada e recebendo dos governadores quando a carga chega ao Brasil.

Segundo Tang, o mundo todo já percebeu que não pode prescindir da ajuda chinesa neste momento. "Até o Trump já deu uma acalmada. O único que ainda não foi é o discípulo dele aqui [Bolsonaro]", afirma.

Com a hostilidade aberta da base bolsonarista à China, incluindo do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), os governadores têm feito contatos diretamente com a embaixada.

Empresas chinesas no Brasil, como a CCCC (China Communications Construction Company), de infraestrutura, e a State Grid, do setor elétrico, têm sido chamadas a ajudar a obter doações e intermediar compras.

Procurada pela Folha, a embaixada chinesa não quis se manifestar sobre os pedidos de ajuda, mas tem divulgado com destaque iniciativas nesse sentido.

Na última terça (31), anunciou a chegada de 50 mil pares de luvas doadas ao governo do Maranhão, com ajuda da CCCC e de empresas brasileiras. O estado é governado pelo comunista Flávio Dino.

A busca pelos chineses, no entanto, transcende ideologias. No Pará, o governador Helder Barbalho (MDB) acertou a compra de 400 leitos de UTI pré-montados, completos com respiradores, por R\$ 48 milhões. A previsão é que a carga chinesa chegue em 15 dias —e por enquanto está mantida.

À Folha Barbalho disse que a China tem de ser vista como parceira neste momento, e não como responsável pela crise, como querem os aliados do presidente.

"Quem culpa a China pelo vírus não tem que sofrer avaliação, tem que sofrer interdição", afirma.

Em São Paulo, onde o governador João Doria (PSDB) tem sido o principal antagonista de Bolsonaro no combate à crise, houve um pedido de ajuda na semana passada.

"Precisamos de camas de UTIs, respiradores, máscaras, equipamentos de proteção, luvas. Aceitaremos essa ajuda chinesa de bom grado", diz Júlio Serson, secretário estadual de Relações Internacionais.

Segundo ele, o contato é facilitado pelo que ele chama de "relação absolutamente excepcional" de Doria com o governo chinês.

"Temos várias frentes de cooperação, nas áreas comercial e cultural sobretudo. Abrimos um escritório do governo do estado em Xangai, que é a maior demonstração que o governador poderia dar da importância que a China tem", diz.

No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou pedido formal de ajuda à embaixada, em 19 de março. Solicitou equipamentos e ajuda de especialistas.

"Temos visto a capacidade chinesa no combate à propagação da doença. Eles estão conseguindo mitigar os efeitos e podem nos oferecer cooperação técnica", diz Renata Zuquim, chefe do escritório de assuntos internacionais do governo do Distrito Federal.

Ela diz que a primeira medida concreta de ajuda deve ser uma videoconferência entre profissionais da área de saúde do Distrito Federal e médicos da cidade chinesa de Chongqing, que lidaram com o coronavírus.

A tensão entre o governo federal e a China, segundo Zuquim, não afeta a relação do Distrito Federal com o país asiático. "O fato de termos uma proximidade até física com a embaixada nos ajuda. Tratamos diretamente com eles, têm sido muito prestativos", afirma.

Segundo Tulio Cariello, coordenador de análise e pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China, a maioria dos estados tem uma ligação sólida e antiga com os chineses, em razão de anos de projetos de cooperação e investimentos.

Ou seja, estão em posição de recorrer a essa relação agora, contornando a hostilidade apresentada por Bolsonaro e seu entorno.

"Os governos estaduais já têm um diálogo com a China que não passa pelo Itamaraty", afirma.

Para Cariello, a China é pragmática e não tem problema nenhum em se relacionar com qualquer governo do mundo, com a única condição de que não se pode tocar em assuntos internos, como a repressão a direitos humanos e liberdades.

"Os governadores sabem que os chineses pensam em business [negócios]. Os estados do Nordeste têm uma boa relação com eles por causa de projetos de infraestrutura. Os do Centro-Oeste, em razão da soja. Há vários exemplos. E nenhum precisa de chancela do governo federal", afirma.

## Senado aprova projeto que congela leis do Direito Privado durante epidemia



Boletim de Notícias Conjur: cadastre-se e receba gratuitamente. Login

Capa Seções Colunistas Blogs Anúncios Anuncie Apoio Cultural

Literária Mais vendidos Boletim Jurídico Busca de livros

Solte o número: 11 959 433 247 no agenda do seu celular e envie uma mensagem pelo WhatsApp informando seu nome, cidade e sua situação.

**MEIDAS EMERGENCIAIS**  
**Senado aprova projeto que congela leis do Direito Privado durante epidemia**  
 5 de abril de 2020, 13h41

Por **Fernanda Volante**

SEU SITE PODE SER OUVIDO  
 Para mais informações consulte o site de acessibilidade

O Plenário do Senado aprovou nesta sexta-feira (3/4) o Projeto de Lei 1.179/2020, que suspende temporariamente leis do Direito Privado enquanto durar a epidemia do coronavírus no Brasil. A votação foi unânime e o texto segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

A proposta emergencial foi debatida intensamente nas últimas semanas — num esforço conjunto entre o Judiciário e o Legislativo. Assinado pelo senador Antonio Anastasia (PSD/MG), o texto sofreu alterações pontuais pela relatora do projeto, senadora Simone Tebet (MDB), que apresentou seu substitutivo nesta sexta, após longos debates com líderes de partidos.

Um dos pontos centrais do projeto é o artigo 65, que trata do adiamento da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Pelo texto aprovado nesta sexta, a lei passa a vigor apenas a partir do dia 1º de janeiro de 2021. As multas e sanções para as empresas que não consigam se adequar à lei passam a valer em 15 de agosto de 2021. O texto constava em emenda do senador Álvaro Dias (PSDB).

Em todo, o PL recebeu 88 emendas. Foi acolhida a proposta de uma emenda apresentada pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que pede sensibilização dos parlamentares para os motoristas de aplicativo que estão expostos e tiveram redução nos ganhos durante a pandemia. No texto, o senador sugere que os motoristas tenham redução de, no mínimo, 15% de todas e quaisquer taxas, cobranças e aluguéis incidentes sobre o serviço.

**Principais mudanças**  
 Durante a sessão, os senadores concordaram também em retirar o artigo 17, que trata do regime concorrencial e dentre outras pontos suspendia incisos sobre infrações previstas na Lei 12.529/2011, para "contratos iniciados a partir de 20 de março de 2020 ou enquanto durar a declaração do estado de calamidade pública". O prazo final será 30 de outubro.

Alvo de muitas emendas, inclusive sugeridas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o artigo foi suprimido sob o argumento do líder do governo, senador Fernando Rosseto Coelho (MDB), de que já há Medida Provisória sobre o tema.

Outra mudança se deu no artigo 9, de que não se concederá liminar para desocupação de imóvel em ações de despejo. O texto inicial previa a validade até 31 de dezembro desde ano. A relatora, porém, adiantou para 30 de outubro.

Já nas disposições finais foi incluído o artigo 20, que dá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a competência para editar normas sobre a logística de transporte de bens e insumos durante a calamidade. A sugestão contra da emenda do senador Veneziano Vital do Rêgo (PMDB).

**Costura pela aprovação**  
 Efetivamente, o projeto desembarcou nesta semana. O PL foi apresentado na segunda-feira (3/3) e já na terça o senador Anastasia anunciou uma mudança pontual, mas significativa: retirou do texto o artigo 10, que suspendia o pagamento dos locatários residenciais que sofreram alteração financeira. A medida atende a um pedido das lideranças dos partidos para a aprovação da proposta.

Já o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) levou ainda a sugestão da OAB, representada pelo advogado Marcos Vinícius Furtado Colillo, referente à resolução de conflitos em conciliação e arbitragem.

Durante a sessão, a relatora apontou que diversas matérias são tema de outros Projetos de Lei que tratam das causas e, por isso, não caberia avaliar agora.

**Feito a várias mãos**  
 Foi no parecer, a senadora apontou a colaboração dos juristas. A inspiração foi compartilhada com o presidente do Supremo Tribunal e Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli.

An lado do ministro Antonio Carlos Ferreira e do conselheiro do CNMP e colunista do Conjur Otávio Luiz Rodrigues Jr., Anastasia e Toffoli basearam as medidas propostas na célebre Lei Toffoli, de 21 de janeiro de 1918, que foi apresentada pelo deputado que lhe deu nome. A Lei Toffoli criou regras semelhantes às que o substitutivo da proposta de emenda do senador Fabiano Contarato.

**LEIA TAMBÉM**  
 SPINOLA Toffoli, Anastasia, Tebet: Uma lei emergencial para o Direito Privado  
 DIREITO CIVIL ATUAL: PL 1.179 para tempos que requerem medidas urgentes  
 DIREITO CIVIL ATUAL: PL, propõe criação do regime jurídico emergencial - Parte 2  
 DIREITO CIVIL ATUAL: PL, propõe criação do regime jurídico emergencial - Parte 1  
 MEDIDA EMERGENCIAL: PL do Direito Privado sofre mudança e deve ser aprovado na sexta  
 PROJETO EMERGENCIAL: Veja as propostas para mudança temporária de leis durante epidemia  
 COVID-19: Projeto prevê mudança temporária de leis durante pandemia

Facebook Twitter LinkedIn RSS Feed

Consultor Jurídico Anuário da Justiça Federal 2019  
 Justice Yearbook Brazil 2019

Faça do site Consultor Jurídico a porta de entrada para o seu escritório!

Com o Apoio Cultural Premium o seu marca aparece no topo do mais importante site de notícias sobre o Direito no Brasil. Escolha dos artigos, o melhor ou dois para o seu site.  
 São mais de 3 milhões de leitores em média!

Telefone: 11 959-4332  
 E-mail: atendimento@consultorjuridico.com.br

O Plenário do Senado aprovou nesta sexta-feira (3/4) o Projeto de Lei 1.179/2020, que suspende temporariamente leis do Direito Privado enquanto durar a epidemia do coronavírus no Brasil. A votação foi unânime e o texto segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

A proposta emergencial foi debatida intensamente nas últimas semanas — num esforço conjunto entre o Judiciário e o Legislativo. Assinado pelo senador Antonio Anastasia (PSD/MG), o texto sofreu alterações pontuais pela relatora do projeto, senadora Simone Tebet (MDB), que apresentou seu substitutivo nesta sexta, após longos debates com líderes de partidos.

Ao todo, o PL recebeu 88 emendas. Uma delas, que foi juntada ao projeto, foi apresentada pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que pediu sensibilização dos parlamentares para os motoristas de aplicativo que estão expostos e tiveram redução nos ganhos durante a pandemia. No texto, o senador sugere a redução temporária em 15% do repasse que os motoristas são obrigados a fazer às empresas, como taxas, cobranças e aluguéis incidentes sobre o serviço.

Foram mantidas a suspensão dos prazos de prescrição e usucapião (a partir da vigência desta lei até 30 de outubro); a impossibilidade de despejo em ações ajuizadas a partir de 20 de março; a restrição do uso de áreas comuns em condomínios e a previsão de prisão domiciliar para devedores de pensão alimentícia.

Outro ponto do projeto é o artigo que diz respeito ao adiamento da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Pelo texto aprovado nesta sexta, a lei passa a valer apenas a partir do dia 1º de janeiro de 2021. As multas e sanções para as empresas que não consigam se adequar à lei passam a valer em 15 de agosto de 2021. O texto constava de emenda do senador Álvaro Dias (PSDB).

## Principais mudanças

Durante a sessão, os senadores concordaram também em retirar o parágrafo 3º do artigo 17, que trata do regime concorrencial e dentre outros pontos suspendia incisos sobre infrações previstos na Lei 12.529/2011, para “contratos iniciados a partir de 20 de março de 2020 ou enquanto durar a declaração do estado de calamidade pública”. O prazo final será 30 de outubro.

Alvo de muitas emendas, inclusive sugeridas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o artigo foi suprimido acolhendo argumentação do líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB), de que já há medida provisória sobre o tema.

Outra mudança se deu no artigo 9, de que não se concederá liminar para desocupação de imóvel em ações de despejo. O texto inicial previa a validade até 31 de dezembro deste ano. A relatora, porém, adiantou para 30 de outubro.

Já nas disposições finais foi incluído o artigo 20, que dá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a competência para editar normas sobre a logística de transporte de bens e insumos durante a calamidade. A sugestão consta da emenda do senador Veneziano Vital do Rêgo (PMDB).

## Costura pela aprovação

Efetivamente, o projeto tramitou ao longo desta semana. O PL foi apresentado na segunda-feira (31/3) e já na terça o senador Anastasia anunciou uma mudança pontual, mas significativa: retirou do texto o artigo 10, que suspendia o pagamento dos locatários residenciais que sofrerem alteração financeira. A medida atende a um pedido das lideranças dos partidos para a aprovação da proposta.

Já o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) levou ainda a sugestão da OAB, representada pelo advogado Marcos Vinicius Furtado Coêlho, referente à resolução de conflitos em conciliação à distância.

Durante a sessão, a relatora apontou que diversas matérias são tema de outros projetos de lei que tramitam nas casas e, por isso, não caberia avaliar agora.

## Feito a várias mãos

Em seu parecer, a senadora apontou a colaboração dos juristas. A inspiração foi compartilhada com o presidente do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli.

Ao lado do ministro Antonio Carlos Ferreira e do conselheiro do CNMP e colunista da ConJur Otávio Luiz Rodrigues Jr., Anastasia e Toffoli basearam as medidas propostas na célebre Lei Faillot, de 21 de janeiro de 1918, que foi apresentada pelo deputado que lhe deu nome. A Lei Faillot criou regras excepcionais para a aplicação da teoria da imprevisão no Direito francês.

Também colaboraram para a redação do projeto os juristas Fernando Campos Scaff, Paula Forgioni, Marcelo von Adamek e Francisco Satyro, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; José Manoel de Arruda Alvim Netto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Rodrigo Xavier Leonardo, da Universidade Federal do Paraná, e Rafael Peteffi da Silva, da Universidade Federal de Santa Catarina, além dos advogados Roberta Rangel e Gabriel Nogueira Dias.

# ISTOE Dinheiro

03/04/2020 14h29

## TOFFOLI pede isolamento, prevê endividamento e sugere Estado indutor da economia



[Matéria distribuída pela Agência Estado também foi publicada em diversos outros veículos nacionais e regionais]

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, voltou a falar sobre o isolamento social na manhã desta sexta-feira, 3, o qual classificou como “fundamental” no atual momento da pandemia do novo coronavírus. Toffoli ainda destacou a importância do diálogo e do uso de orientações técnicas em meio à crise da covid-19 e destacou: “temos que ter a consciência de que o Estado, como todos os países do mundo, vai ter que se endividar e aumentar a atuação como indutor da economia e como agente social para as pessoas mais vulneráveis”.

As declarações foram feitas durante webinar promovido pelo site Jota. Ao fazer a indicação sobre a atuação do Estado em meio a pandemia, Toffoli abordava a decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes que relaxou exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à criação e expansão de programas para o combate ao novo coronavírus. “O parlamento e Supremo têm dado decisões para facilitar o trabalho do Estado nessa realidade (da pandemia)”, afirmou Toffoli.

Segundo o presidente do Supremo, é preciso ter “calma, serenidade, muito diálogo” para enfrentar o que considera “um dos piores momentos da história da humanidade”.

Ao longo de sua fala, o ministro destacou por vezes a importância do uso de orientações técnicas nas decisões relacionadas ao combate à pandemia, e apontou que neste momento é “fundamental seguirmos as orientações de isolamento máximo possível se não vamos ter um impacto no sistema de saúde”. Toffoli disse ainda que também é preciso “pensar na saída diagonal”, indicando que o Estado e o setor produtivo tem que se equipar e estabelecer protocolos técnicos.

“Nem é a questão horizontal nem a vertical. Vai chegar um momento que vamos ter que sair pela diagonal. Vamos ter que usar orientações técnicas, preparar outras áreas para ir saindo disso. A humanidade não vai ficar o resto da vida dentro de casa”, disse Toffoli.

Questionado sobre o papel do Judiciário perante decisões tomadas por Estados e municípios diante da pandemia, Toffoli lembrou que já houve decisões monocráticas com relação a alguns temas, como o funcionamento de transportes e o fechamento de cidades, e indicou que “cabe o bom senso, o razoável”.

O presidente do STF frisou a importância das atividades consideradas essenciais, como o das farmácias e de abastecimento. “O País não pode parar, e isso não significa ser contra o isolamento. Precisamos ter o sistema essencial na sociedade”. Segundo ele, as decisões do Supremo tem sido nesta linha.

O ministro defendeu ainda “prudência e a serenidade no Judiciário” e indicou que o Conselho Nacional de Justiça tem lançado mão de recomendações para que o “achismo não prevaleça sobre os técnicos”. No âmbito do Supremo, Toffoli destacou que certas ações relacionadas à covid-19 podem ter força vinculante.

Segundo Toffoli, o Judiciário trabalha no sentido da gestão mais coordenada entre os entes da Federação. O ministro chegou a citar a decisão em que manteve entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo e suspende decreto que restringia a circulação de idosos em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

“Estamos vivendo aquele momento em que não existe decisão boa, existe o ruim e o menos ruim”, afirmou.

Segundo Toffoli, o papel do Supremo em meio aos conflitos entre Estados e o governo federal é o de moderador, “de tentar ajustar o pêndulo da Federação”. O ministro defendeu a necessidade de uma coordenação maior de certas atividades, como na requisição de insumos, mas ressaltou que há diálogo, afirmando que os “conflitos são a ponta do iceberg” e que “a grande atuação não aparece”.

Quanto à agenda de julgamentos, o presidente do Supremo afirmou que a pauta da Corte para 2020 foi pensada para “trazer maior segurança,” mas que haverá uma reavaliação, em especial com a priorização das ações relacionadas à covid-19. No próximo dia 15, a Corte Suprema faz sua primeira sessão plenária por videoconferência.

## Aras pede a Moro e Toffoli R\$ 2 bi do Fundo de Interesses Difusos contra coronavírus nos presídios

**Aras pede a Moro e Toffoli R\$ 2 bi do Fundo de Interesses Difusos contra coronavírus nos presídios**

Na condição de presidente do Conselho Nacional de Justiça, chefe do Ministério Público Federal expedie ofícios, na tarde desta sexta, 3, pela destinação de verba bilionária para a prevenção da pandemia nas unidades prisionais, que já registram 108 casos suspeitos.

Luci Vasallo  
03 de abril de 2020 | 13h30

**DESTAQUES EM POLÍTICA**

- Mandetta a Bolsonaro: "Estamos preparados para ver caminhões do Exército transportando corpos?"
- Bolsonaro diz que Moro e egípcia e não ajuda governo em crise da economia
- Julta manda Bolsonaro suspender campanha contra isolamento, após reações, governo espaga publicações

**Mercado abalado**

O procurador-geral da República, Augusto Aras, busca o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, por um acordo para que até R\$ 2 bilhões do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos sejam destinados para medidas de prevenção ao coronavírus no sistema prisional.

Segundo apurou o Estado, na condição de presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Aras expedie, no início da tarde desta sexta, 3, ofícios a Moro e Toffoli em busca de um acordo em torno do uso da verba. Segundo apurou o Estado, o sistema prisional tem sido um dos assuntos mais recorrentes na Procuradoria diante da pandemia.

Atualmente, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, há o registro de 108 casos suspeitos em unidades prisionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Ainda não há confirmações de coronavírus nesses estabelecimentos.

O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos é vinculado ao Ministério da Justiça, e foi criado em 1988 para administrar a verbas decorrentes de acordos judiciais e condenações. Da sua gestão, participam representantes do governo federal, do Ministério Público Federal e da sociedade civil. A estimativa é de que o fundo tenha hoje, em caixa, R\$ 5 bilhões.

Usualmente, a verba não pode ser destinada a fins de Segurança Pública, mas o entendimento de Aras é de que se trata de uma política de prevenção, na área da Saúde.

Na condição de presidente do Conselho Nacional de Justiça, Toffoli expediu uma recomendação à Justiça de todo o País para que sejam reavaliadas prisões provisórias, especialmente quanto a grupos mais vulneráveis (como mães, portadores de deficiência e indígenas) ou quando o estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico.

Também orientou a reavaliação de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, além de indicar que novas ordens de prisão devem respeitar "mínima excepcionalidade".

No entanto, os mais diversos entendimentos têm sido aplicados. O Superior Tribunal de Justiça

O procurador-geral da República, Augusto Aras, busca o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, por um acordo para que até R\$ 2 bilhões do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos sejam destinados para medidas de prevenção ao coronavírus no sistema prisional.

Segundo apurou o Estado, na condição de presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Aras expedie, no início da tarde desta sexta, 3, ofícios a Moro e Toffoli em busca de um acordo em torno do uso da verba. Segundo apurou o Estado, o sistema prisional tem sido um dos assuntos mais recorrentes na Procuradoria diante da pandemia.

Atualmente, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, há o registro de 108 casos suspeitos em unidades prisionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Ainda não há confirmações de coronavírus nesses estabelecimentos.

O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos é vinculado ao Ministério da Justiça, e foi criado em 1988 para administrar a verbas decorrentes de acordos judiciais e condenações. Da sua gestão, participam representantes do governo federal, do Ministério Público Federal e da sociedade civil. A estimativa é de que o fundo tenha hoje, em caixa, R\$ 5 bilhões.

Usualmente, a verba não pode ser destinada a fins

de Segurança Pública, mas o entendimento de Aras é de que se trata de uma política de prevenção, na área da Saúde.

Na condição de presidente do Conselho Nacional de Justiça, Toffoli expediu uma recomendação à Justiça de todo o País para que sejam reavaliadas prisões provisórias, especialmente quanto a grupos mais vulneráveis (como mães, portadores de deficiência e indígenas) ou quando o estabelecimento estiver superlotado ou sem atendimento médico.

Também orientou a reavaliação de prisões preventivas com prazo superior a 90 dias ou que resultem de crimes menos graves, além de indicar que novas ordens de prisão devem respeitar 'máxima excepcionalidade.

Enquanto presidente do Conselho do MP, Aras chegou a recomendar que Promotorias e Procuradorias em todo o País buscassem a destinação de multas em acordos de delação e leniência, e de condenações, para a Saúde. O primeiro acordo da Lava Jato durante sua gestão à frente da PGR, firmado com o empresário Eike Batista, prevê multa de R\$ 800 milhões, e verba encaminhada para a pandemia.

A Procuradoria da República em Brasília obteve, também, a destinação de R\$ 27 milhões do acordo de leniência da J&F para a Fundação Oswaldo Cruz nesta quinta, 2.

Por que a pandemia vai impactar mais as mulheres?

Os impactos sociais e ecoda Covid-19 são diferentes para homens e mulheres. Por isso, especialistas e organizações alertam que é preciso levar as questões de gênero em conta na formulação de respostas à crise. As nômicos da pandemia necessidades específicas de meninas e mulheres estão no guia que a ONU Mulheres divulgou este mês, com 14 recomendações para que as questões de gênero sejam corretamente abordadas na resposta ao coronavírus.

As mulheres estão mais sujeitas aos efeitos da redução da atividade econômica, uma vez que representam boa parte dos trabalhadores informais. Além disso, com o endurecimento das regras de confinamento para conter a propagação da doença, elas ficam mais vulneráveis à violência doméstica.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação das mulheres no trabalho informal é superior à dos homens para a maior parte dos grupos de atividade econômica, e as taxas mais elevadas de informalidade entre elas ocorrem nas atividades de serviços domésticos, chegando a 71,2% neste segmento.

Podemos pensar que as mulheres terão a maior perda de renda neste período, já que compõem a maior parte dos trabalhadores informais na maioria das atividades econômicas. Além disso, agente sabe que cerca de 45% das famílias são chefiadas por mulheres. Então, isso não vai afetar só a renda

CELINA
POR QUE A PANDEMIA VAI IMPACTAR MAIS AS MULHERES?
Uma pesquisa sobre mulheres, gênero e desigualdade.
As crianças eram minhas únicas fonte de renda. Não tenho ajuda de ninguém. Tenho que esperar voltar ao normal...
Lucilene Morandi, coordenadora

Hoje todas as Lojas do Guanabara abertas até as 22h.
SUPERMERCADO GUANABARA
Tudo por pouco!
COPA, Neve, Quatro, Italic, Tixan, OMO, etc.

delas, mas as dos seus filhos e dos dependentes, que também ficarão mais vulneráveis - afirma a economista Lucilene Morandi, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Esta é a realidade de Catarina da Silva Vale. Ela tem 59 anos e trabalha como diarista na Zona Sul do Rio. Antes da crise causada pelo coronavírus começar. Catarina trabalhava de três a cinco dias por semana e ganhava entre R\$ 150 e R\$ 180 por diária. Na semana passada, começou a ser dispensada pelos seus empregadores e agora está sem serviço. Ela é responsável por sustentar a família. Vive com o filho de 17 anos, a filha de 20 e um neto de 3 anos em Magé, na Baixada Fluminense.

As diárias eram minha única fonte de renda. Eu ainda não sou aposentada. E com esse dinheiro que me mantenho. Agora, estou sem nenhuma diária para fazer. Não tenho ajuda de ninguém. Tenho que esperar voltar ao normal.

Catarina poderá ser beneficiada pela renda básica emergencial para o trabalhador informal, sancionada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. Como é mãe e chefe de família, poderá ter direito ao pagamento mensal de R\$ 1.200, caso se enquadre em todos os requisitos.

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Na China e na Itália, os índices de violência doméstica se agravaram durante o período de isolamento social. Isso ocorre porque, na grande maioria dos casos, o agressor é alguém conhecido da vítima, como seu companheiro ou familiar próximo.

Ontem, numa coletiva ao lado do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, disse que o governo está preocupado com o aumento da violência doméstica durante a pandemia. Damares afirmou que houve um aumento de 9% no volume de denúncias recebidas pelo Disque 180, do governo federal. Os dados, segundo a ministra, são referentes a balanço contabilizado até a semana passada e comparado com o mesmo período do ano anterior. Ela não apresentou os dados totais, mas disse que a preocupação é que o confinamento de homens e mulheres durante longos períodos de tempo possa aumentar os registros de violência doméstica. A ministra anunciou que, nos próximos dois dias, será possível fazer denúncias ao Disque 180 e ao Disque 100 por meio de um aplicativo para telefone celular com sistemas operacionais Android e IOS.

Segundo Adriana Mello, juíza titular da vara de violência doméstica do Tribunal de Justiça do Rio, foram registrados 724 pedidos de medidas protetivas de urgência no plantão judiciário do estado. Ela teme, no entanto, um aumento na subnotificação dos casos, pois as restrições de circulação na cidade e a presença constante do agressor em casa podem inibir ainda mais a vítima a denunciá-lo.

E importante reforçar que se ela estiver sofrendo violência física, pode ligar para 190 e acionar a Polícia Militar. Tem o 180 do governo federal. As delegacias da mulher também estão abertas 24 horas e a Justiça está analisando os pedidos de proteção imediatamente e fazendo o encaminhamento para abrigos.



03/04/2020 10h51

## Coronavírus: Justiça Federal libera R\$ 165 mil para compra de máscaras em Campina Grande



### Coronavírus: Justiça Federal libera R\$ 165 mil para compra de máscaras em Campina Grande

Decisão foi da Justiça Federal na Paraíba (JFPB), através de uma solicitação feita ao município pelo Ministério Público Federal (MPF).

Por G1 PB

03/04/2020 09:51 - atualizado às 10:00



Justiça Federal libera R\$ 165 mil para compra de máscaras em Campina Grande — Foto: Reprodução/TV Globo

Foi aprovada a liberação de R\$ 165 mil para a compra de pelo menos mil caixas com 50 unidades cada, de máscaras cirúrgicas descartáveis em Campina Grande. A decisão foi da Justiça Federal na Paraíba (JFPB), através de uma solicitação feita ao município pelo Ministério Público Federal (MPF).



Conforme a determinação, os recursos devem ser utilizados pela prefeitura, exclusivamente para a aquisição das máscaras descartáveis, sob pena de responsabilidade criminal e administrativa do gestor.

Segundo a JFPB, todos os pagamentos devem ser realizados por meio de transferências bancárias diretamente ao fornecedor do produto (transferência conta a conta). O pedido do município foi fundamentado em um artigo da Resolução 313 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Ato Conjunto 1, de 23 de março de 2020, da Presidência e Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5).

Compartilhe esta notícia

#### Veja também



Jornal Nacional

Máscaras caseiras recomendadas por Mandetta precisam seguir série de orientações

Foi aprovada a liberação de R\$ 165 mil para a compra de pelo menos mil caixas com 50 unidades cada, de máscaras cirúrgicas descartáveis em Campina Grande. A decisão foi da Justiça Federal na Paraíba (JFPB), através de uma solicitação feita ao município pelo Ministério Público Federal (MPF).

Conforme a determinação, os recursos devem ser utilizados pela prefeitura, exclusivamente para a aquisição das máscaras descartáveis, sob pena de responsabilidade criminal e administrativa do gestor.

Segundo a JFPB, todos os pagamentos devem ser realizados por meio de transferências bancárias diretamente ao fornecedor do produto (transferência conta a conta). O pedido do município foi fundamentado em um artigo da Resolução 313 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Ato Conjunto 1, de 23 de março de 2020, da Presidência e Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5).

## Cenário Internacional



3 de abril - 15h57

### **Brazil's Jair Bolsonaro hits out at 'dictatorial' Rio beaches ban**

*Jornal inglês destaca o comportamento do presidente Jair Bolsonaro frente ao novo coronavírus e diz que ele foi isolado pelos governadores que representam cerca de 200 milhões de pessoas. Os governadores não suspenderam a quarentena contra o covid-19 e seguem as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde.*

<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/03/brazil-jair-bolsonaro-hits-out-dictatorial-rio-beach-bans>



3 de abril - 17h30

### **Portugal enfrenta "longa maratona" face ao coronavírus**

*O número de vítimas mortais da Covid-19 subiu para 246 esta sexta-feira em Portugal. Com quase mais mil casos do que no dia anterior, o balanço dos infetados desde o início da crise aproxima-se dos 10.000. O primeiro-ministro António Costa afirmou que o país deve enfrentar a situação como "uma longuíssima maratona", defendendo o prolongamento do estado de emergência.*

<https://pt.euronews.com/2020/04/03/portugal-enfrenta-longa-maratona-face-ao-coronavirus>



3 de abril - 16h18

### **Filas nos controlos de fronteiras da UE ainda preocupam**

*Restrições ao trânsito de veículo nas fronteiras está prejudicando o transporte de cargas prioritárias. Comunidade Europeia pede que inspeção seja feita em 15 minutos.*

<https://pt.euronews.com/2020/04/03/filas-nos-controlos-de-fronteiras-da-ue-ainda-preocupam>



3 de abril - 12h26

### **Coronavirus en Argentina. "Esto se puede multiplicar muy feo cuando haya que pagarle a millones de personas los \$10.000", alertó Sergio Palazzo**

*Secretário geral da Associação Bancária da Argentina mostra preocupação com a lotação das agências bancárias no primeiro dia de reabertura e adverte que quadro pode piorar quando começar o pagamento do auxílio emergencial para milhões de pessoas*

<https://www.lanacion.com.ar/economia/coronavirus-esto-se-puede-multiplicar-muy-feo-nid2350448>



3 de abril - 01h40 / Atualizada 3 de abril - 14h16

### **Chez Leclerc, la crise sanitaire révélatrice d'un management par la peur**

*Apesar do adicional, muitos empregados não querem trabalhar para não correr risco de contaminação.*

[https://www.lemonde.fr/economie/article/2020/04/03/chez-leclerc-la-crise-sanitaire-revelatrice-d-un-management-par-la-peur\\_6035378\\_3234.html](https://www.lemonde.fr/economie/article/2020/04/03/chez-leclerc-la-crise-sanitaire-revelatrice-d-un-management-par-la-peur_6035378_3234.html)

## Le Monde

3 de abril - 14h49

### **Coronavírus : « Nous ne sommes pas du tout encore au sommet de la vague »**

*França registra mais de 5 mil mortes, 588 em apenas 24h. Governo francês informa resultado positivo para mais de 64 mil testes do novo coronavírus. Cerca de 27 mil pessoas estão hospitalizadas.*

[https://www.lemonde.fr/planete/live/2020/04/03/en-direct-face-au-coronavirus-les-new-yorkais-invites-a-se-couvrir-le-visage\\_6035367\\_3244.html?highlight=1187412015](https://www.lemonde.fr/planete/live/2020/04/03/en-direct-face-au-coronavirus-les-new-yorkais-invites-a-se-couvrir-le-visage_6035367_3244.html?highlight=1187412015)

## El Confidencial

3 de abril – 13h11 / Atualizado 3 de abril - 17h02

### **Sanidad cambia de rumbo y apunta ahora al uso generalizado de mascarillas**

*Governo da Espanha adota uso indiscriminado da máscara como proteção contra o novo coronavírus. Espanha registra cerca de 100 mil casos da doença e mais de 10 mil mortes.*

[https://www.elconfidencial.com/espana/2020-04-03/sanidad-simon-estrategia-uso-mascarilla-coronavirus\\_2533687/](https://www.elconfidencial.com/espana/2020-04-03/sanidad-simon-estrategia-uso-mascarilla-coronavirus_2533687/)



3 de abril

### **Preocupación en los hospitales de Cuenca**

*No Equador, aumenta pressão sobre os hospitais e faltam leitos. País registra cerca de 3 mil casos de coronavírus.*

<https://ww2.elmercurio.com.ec/2020/04/03/presion-sobre-hospitales-por-coronavirus/>



3 de abril – 14h10

### **Coronavirus Perú: ¿Cómo saber si el municipio de mi distrito entregará víveres durante la cuarentena?**

*Governo do Peru destina 200 milhões de Soles (cerca de R\$ 150 milhões) para atender populações vulneráveis, além de bônus de 760 Soles (cerca de R\$ 450) para 2,7 milhões de famílias.*

<https://diariocorreio.pe/miscelanea/coronavirus-peru-como-saber-si-el-municipio-de-mi-distrito-entregara-viveres-durante-la-cuarentena-nnda-nnlt-noticia/>



3 de abril – 11h43

### **Coronavírus: como os EUA, com mais de 245 mil casos, se tornaram epicentro de epidemia**

*Dados da manhã desta sexta-feira (3) que os Estados Unidos têm mais de 245 mil infectados e cerca de 6 mil mortos - só na quinta-feira (2), foram 1.168.*

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52153503>

## Mais notícias importantes

MINISTÉRIO DA SAÚDE - 2 de abril - 13h11

### **Saúde avalia comportamento dos brasileiros no combate à Covid-19**

*Pesquisa telefônica 'Vigitel Covid-19' está ouvindo pessoas com 18 anos ou mais de todas as capitais do país. A medida irá auxiliar a pasta no planejamento de ações e programas de saúde*

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46639-saude-avalia-comportamento-dos-brasileiros-no-combate-a-covid-19>

MINISTÉRIO DA SAÚDE - 2 de abril - 19h00

### **Máscaras caseiras podem ajudar na prevenção contra o Coronavírus**

*Numa mudança radical no que vinha orientando até há pouco, o Ministério da Saúde está sugerindo que a população faça máscaras para proteção respiratória contra o novo coronavírus. Antes, a Saúde dizia que a máscara não era necessária. Agora, sugere o uso e ensina a como fazer diante da falta do produto nas farmácias.*

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascaras-caseiras-podem-ajudar-na-prevencao-contr-o-coronavirus>

UOL - 3 de abril - 15h29 / Atualizada 3 de abril - 17h43

### **Como saber se estou inscrito no CadÚnico? Canais de consulta não funcionam**

*A reportagem do UOL tentou fazer a consulta pelos canais informados pelo ministério na tarde desta sexta-feira (3) e não conseguiu acesso em nenhum deles. O site não entra. No aplicativo aparece uma mensagem de erro ao tentar entrar. E pelo telefone, um deles estava ocupado e no outro o recado era que o telefone estava "programado temporariamente para não originar chamadas".*

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/cadunico-cadastro-dificuldade-acesso.htm>

FOLHA DE S.PAULO - 3 de abril - 14h55

### **Ministério da Saúde volta atrás e diz que 1º caso de coronavírus não ocorreu em janeiro**

*Após informar que o primeiro caso confirmado do novo coronavírus no Brasil havia ocorrido em janeiro, o Ministério da Saúde corrigiu a data e disse que o registro que estava em investigação ocorreu, na verdade, em 25 de março.*

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/ministerio-da-saude-volta-atras-e-diz-que-1o-caso-de-coronavirus-nao-ocorreu-em-janeiro.shtml>

EL PAÍS - 2 de abril - 21h37

### **Sem material de proteção, profissionais de saúde relatam apreensão após mortes de dois enfermeiros em São Paulo**

*A morte de um enfermeiro e de um auxiliar de enfermagem da rede municipal de Saúde da cidade de São Paulo, com suspeita de covid-19, deixou o sistema público em alerta. Profissionais de saúde reclamam que falta equipamento de proteção individual, como máscara e avental.*

<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-03/sem-material-de-protecao-profissionais-de-saude-relatam-apreensao-apos-mortes-de-dois-enfermeiros-em-sao-paulo.html>

REPAM BRASIL - 2 de abril

### **Coronavírus: Instituições fazem proposições para prevenção e assistência aos povos da Amazônia**

*A Rede Eclesial Pan-Amazônica/REPAM-Brasil, organismos da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, assinou na quinta-feira (02), juntamente com mais 115 instituições, uma nota pública com proposições para prevenção e assistência às populações da Amazônia frente ao coronavírus. Organizada pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia/FNPDA, que é*

*composto, entre outras Organizações Sociais, pelas entidades representantes dos Povos Indígenas, Povos Extrativistas e Povos Quilombolas, a proposta é alertar o Poder Público Federal das necessidades de medidas emergenciais para a prevenção e assistência no combate deste vírus nos territórios dos povos da Amazônia.*

<http://repam.org.br/?p=4274>

O GLOBO – 3 de abril – 13h48

**Desembargadora da Bahia presa pede liberdade ao STF sob argumento do coronavírus**

*A defesa da desembargadora Sandra Inês Rusciolelli, do Tribunal de Justiça da Bahia, presa pela Polícia Federal no último dia 24 sob suspeita de venda de decisão de decisão judicial, ingressou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando que seja concedida "prisão domiciliar humanitária" a ela. O caso está com o ministro Edson Fachin, a quem caberá decidir sobre o pedido.*

<https://oglobo.globo.com/brasil/desembargadora-da-bahia-presa-pede-liberdade-ao-stf-sob-argumento-do-coronavirus-24349198>